

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL: DAS FORMULAÇÕES INICIAIS DE SUA DOCTRINA AOS NOVOS DESAFIOS DA ATUALIDADE

Rodrigo Augusto Leão Camilo¹

Resumo²

A Teologia da Libertação é um movimento sócio-eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica. Com o passar dos anos, mudanças importantes ocorreram em virtude do fim da Ditadura Militar, do fortalecimento de outras crenças religiosas e de uma nova filosofia dentro do catolicismo. Essa nova realidade se constituiu em grandes desafios para a Teologia da Libertação. A presente pesquisa tem como objetivo, portanto, compreender o desenvolvimento da Teologia da Libertação nos últimos 40 anos, bem como situar suas prioridades nos dias atuais.

Palavras-chave: religião, teologia da libertação, crítica social

1.O surgimento da Teologia da Libertação

No decorrer do século XX, dentro da Igreja Católica, a preocupação de seus membros com a questão social foi aumentando na medida em que pelo mundo proliferaram os problemas, como a violência, o desemprego e a fome. A região da América Latina mereceu uma atenção especial de parte da Igreja, em virtude da história e da grande presença católica no continente.

No Brasil, um dos países com a maior população católica do planeta, a Igreja brasileira passou por grandes transformações desde que o catolicismo deixou de ser a

¹ Mestrando em Sociologia pelo programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás e bolsista CNPq.

² Trabalho sob Orientação do Professor doutor Flávio Munhoz Sofiati.

religião oficial do país com a Proclamação da República em 1889. Os movimentos messiânicos, a falta de padres e o crescimento de outras crenças religiosas, entre outras questões, contribuíram para uma reorganização da estrutura da Igreja Católica no Brasil.

Junto aos problemas sócio-econômicos brasileiros da primeira metade do século XX, cresceu também o envolvimento dos religiosos católicos com o cotidiano de seus fiéis, estando eles em contato com o sofrimento e as dificuldades de uma parcela importante da população brasileira. Mas foi a partir da década de 1960 que dois acontecimentos importantes influíram para um maior envolvimento de uma parte do clero católico com a questão social no Brasil: o Concílio Vaticano II e o Golpe Militar de 1964.

Esse segmento dentro da Igreja Católica brasileira passou a se posicionar mais firmemente contra os problemas econômicos e sociais que estavam atingindo o país e, quando os militares tomaram o poder e implantaram um regime autoritário dentro do país, passaram a ser duramente perseguidos. Assim foi que surgiu uma relação dialética no Brasil entre os religiosos envolvidos com a questão social e a realidade brasileira: quanto mais eles denunciavam e agiam em relação aos problemas no país como a fome, o desemprego, a questão agrária e a repressão dos militares, mais perseguidos eles eram, situação que ao invés de diminuir o ímpeto dessas pessoas, aumentava sua determinação em combater aquela situação.

Foi nesse contexto do aumento do envolvimento da Igreja Católica com a realidade de seus fiéis, no processo de *agionamento* em relação ao secular, com o agravamento das questões sociais na América Latina e o surgimento dos opressivos regimes militares na América Latina que se organizou dentro da Igreja Católica o movimento da Teologia da Libertação. O envolvimento pastoral com a questão social já vinha se organizando em boa parte do mundo católico mesmo dentro da doutrina social da Igreja, mas em 1968 durante a Conferência de Medellín (II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano) esse envolvimento ficou mais sistematizado com uma diretriz básica: a opção preferencial pelos pobres.

Contudo, além de esbarrarem nos militares, os quais viam as ações do clero católico em apoio aos pobres como uma “subversão”, os adeptos da Teologia da Libertação no Brasil sofreram com a reprovação de suas ações por parte da cúpula conservadora da Igreja Católica brasileira. Não obstante, por grande parte do país, os religiosos católicos se organizavam para atuarem ao lado de seus fiéis, seja denunciando os abusos cometidos pelos militares, seja nas reuniões das Comunidades Eclesiais de Base, nas quais a experiência religiosa dividia espaço com a análise crítica da realidade brasileira.

Os princípios da Teologia da Libertação passaram a embasaram as ações de parte do clero católico para a defesa de seus ideais. Mas quais seriam esses princípios? Michael Löwy (2000) enfatiza oito pontos que seriam os pilares principais da teologia da Libertação, entre os quais se destacam: a libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo, uma nova leitura da Bíblia, uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente, o desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e, especialmente, uma opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta de autolibertação.

É para entender como se deu essa aproximação desse segmento dentro do clero católico com a teoria marxista é que se faz necessário a leitura de dois clássicos da Sociologia – Max Weber e Karl Marx. O primeiro oferecendo o conceito de afinidade eletiva e o segundo com sua poderosa análise crítica da sociedade.

2. Teoria e religião: os apontamentos de Weber e Marx

Um dos pontos que incomodava bastante tanto militares como a hierarquia da Igreja Católica era a aproximação da Teologia da Libertação com o marxismo. Isso ocorre devido às históricas desavenças entre Igreja Católica e comunismo, que viam um ao outro como um problema para a sociedade. Assim é que para se compreender os pontos que aproximaram a Teologia da Libertação do marxismo é preciso do auxílio de um clássico da Sociologia que forneceu um importante conceito para essa tarefa: o alemão Max Weber.

A idéia de afinidade eletiva permite que um estudo entre dois fatos particulares seja feito sem que se faça uma relação causal rígida e inflexível, criando uma noção de convergência e combinação sem que esses fatos percam suas características próprias. O que sem tem, por fim, é uma ferramenta que auxilia a compreensão de duas ou mais realidades complexas sem que suas diferenças e especificidades sejam anuladas.

É em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004) que o conceito de afinidade eletiva tem o seu uso como importante método para a análise. Max Weber utiliza-o para demonstrar que a mudança de mentalidade trazida com a Reforma Protestante iniciada por Lutero teve impacto decisivo para a consolidação do capitalismo. Especificamente, o ramo calvinista, que com uma ética ainda mais rigorosa em seus valores que formaram um modelo de homem que se dedicava quase que religiosamente ao trabalho, ligou-se em uma afinidade com o capitalismo que criou o que autor chama de “espírito do capitalismo”. Ao explicitar o método que utilizaria para fazer o seu estudo, Weber anuncia que

[...] Procederemos tão só de modo a examinar de perto se, em quais pontos, podemos reconhecer “afinidades eletivas” entre certas formas da fé religiosa e certas formas da ética profissional. Por esse meio de uma vez só serão elucidados, na medida do possível, o modo e a *direção* geral, do efeito que, em virtude de tais afinidades eletivas, o movimento religioso exerceu sobre o desenvolvimento da cultura material (WEBER, 2004, p. 83, grifo do autor).

Com o conceito de “afinidade eletiva”, fica possível enxergar vários pontos em comum entre as cosmovisões de mundo católica e marxista, ainda que os religiosos da Teologia da Libertação rejeitassem muitos dos preceitos elaborados por Karl Max.

Nesse sentido, Michel Löwy (1998) adverte que as palavras de Marx não seriam “originais”, pois outros autores como Feuerbach, Herder, Bruno Bauer, entre outros, já teciam críticas em relação ao papel alienante da religião e que no momento em que sua célebre frase foi cunhada, Marx estava em uma fase “pré-marxista”, sem o mesmo rigor metodológico que ele tratava outros aspectos da sociedade. Contudo, Marx, mesmo sem dedicar um espaço específico em seus trabalhos para a religião, tratava

desse assunto de maneira indireta³ e reconhecia que em determinadas situações, a religião tinha um papel transformador. Para Löwy:

Mais interessante que a validade empírica de tais análises historiográficas é seu significado metodológico: o reconhecimento da religião como uma das causas importantes das transformações econômicas que conduzem ao estabelecimento do sistema do capitalismo moderno (LÖWY, 1998, p. 160)

É para entender essa complexa relação entre a teoria marxista e a religião, sob a égide da Teologia da Libertação, que o presente trabalho procura utilizar o conceito de afinidade eletiva de Max Weber para delinear os pontos em comum entre os religiosos da Teologia da Libertação, movimento importante dentro da Igreja Católica na segunda metade do século XX, e o marxismo, o qual foi uma importante abordagem para se fazer a leitura da realidade social.

Assim é, pois, que a idéia de afinidade eletiva pode ser entendida como a concepção de que dois fatos ou ações sociais, bem como mentalidades, particulares e autônomas, estabelecem entre si uma relação intensa, influenciando-se e interagindo – embora muitas vezes essa relação não seja necessariamente direta.

É com Michel Löwy (2000) que o conceito de afinidade eletiva ganha importância para justificar essa complexa relação entre uma parte dos religiosos da Igreja Católica, ligados ao movimento da Teologia da Libertação, com as idéias marxistas. Essa filiação merece destaque a partir do momento em que se sabe que historicamente a Igreja Católica foi uma feroz adversária do comunismo e os ideais socialistas postulados por Karl Marx. Utilizando com sabedoria o conceito de afinidade eletiva, Löwy conseguiu identificar quais os aspectos entre a teoria marxista e a doutrina da Teologia da Libertação que os aproximou, tanto é que nos períodos mais opressores do regime militar no Brasil, esses religiosos foram enquadrados como militantes comunistas e duramente perseguidos.

³ Como na percepção de Karl Marx do papel do protestantismo nas transformações ocorridas na Inglaterra que culminaram na ascensão da classe burguesa.

Löwy (2000) afirma que Max Weber, ao escrever *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* não defendia que a religião foi o determinante para o desenvolvimento do capitalismo, apenas que haveria uma relação mútua de atração entre a ética calvinista e postura capitalista. Assim é que Michel Löwy começa a identificar outra situação dentro da literatura Weberiana que chama sua atenção: a incompatibilidade dos valores católicos com o *ethos* capitalista. Assim é que pode ser observado que a partir de seus estudos, Weber:

Insinua a existência de uma aversão, ou resistência, básica e irreconciliável, ao espírito do capitalismo por parte da Igreja Católica (e provavelmente também por algumas denominações protestantes) (LÖWY, 2000, p. 40)

Com as mudanças no mundo a partir da década de 1980, a Teologia da Libertação passou para um novo momento. A crise nos países de regime comunista, o fim das ditaduras militares na América Latina e o início de do papado de João Paulo II iriam marcar uma nova fase para a Teologia da Libertação.

3. As mudanças no cenário religioso e a Teologia da Libertação

A partir do final da década de 1970, importantes acontecimentos teriam grande influência para a Teologia no Brasil. O regime militar caminhava para o seu fim e, com o início do processo de redemocratização do país, a luta contra a opressão do Estado não fazia mais sentido dentro desse novo contexto político que o Brasil experimentava.

Nesse mesmo período, o Vaticano passou a agir de forma a "suavizar" a postura dos religiosos mais engajados socialmente. Na verdade, uma das grandes justificativas desse engajamento era justamente a perseguição que os religiosos sofriam por parte do militares, bem como os casos de tortura e violência que marcaram o período que o Estado brasileiro esteve na mão das forças armadas. Com o fim do regime militar, de

acordo com a postura conservadora do Vaticano, todo esse engajamento não mais se justificaria.

Dessa forma, buscou-se frear o ímpeto da Igreja brasileira em ajudar na mudança social no país por meio de várias ações coordenadas pelo Vaticano que Michel Löwy (2000) chama de "tentativa de normalizar a Igreja brasileira". Uma das principais medidas foi recuperar o controle da Igreja brasileira por meio de indicações de bispos conservadores não comprometidos com a questão social nas principais Dioceses e postos da Igreja brasileira. O que se viu foi a "nomeação de bispos conservadores que muitas vezes destroem ou enfraquecem as estruturas pastorais estabelecidas por seus predecessores (LÖWY, 2000, p. 154).

Portanto, um novo contexto político se abriu com o fim do regime militar, além de novas modalidades de religião, como o forte crescimento da religião pentecostal no Brasil e mesmo movimentos dentro da Igreja Católica menos comprometidos com a questão social, como a Renovação Carismática, e, por fim, a ação neoconservadora do Vaticano para que a Igreja brasileira diminua seu envolvimento direto com a questão social.

Esses são fatores que diminuíram a força e a popularidade da Teologia da Libertação no Brasil nas últimas décadas e fazem questionar qual é o papel desse movimento religioso no país em relação a essa nova realidade. Em um cenário no qual o religioso continua a exercer influência sobre as questões político-sociais do país, compreender o momento da Teologia da Libertação é uma tarefa importante para entender como a religião atua dentro da sociedade, por meio de um dos seus movimentos mais engajados.

4. Referências Bibliográficas

BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Marx e Engels como sociólogos da religião. In: *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo, nº 43, 1998, p. 157-70.

MARX, Karl. A mercadoria. In: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 55-105.

_____. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PIERUCCI, Antonio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez / Editora da UNICAMP, 1992

_____. A Psicologia Social das Religiões Mundiais. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB. Volume I, 1991.